



Índice

- 01** Começa o 4º Módulo do Curso PNGATI para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, no território Tupinambá de Olivença (BA)
- 02** Governo do Amazonas decide manter Seind e indígenas atribuem a decisão às suas mobilizações
- 03** Castanha, o maior desmatador da Amazônia
- 04** Ação Eletrobras visita comunidade indígena
- 05** Deputado Dr. Neidson quer a descentralização da saúde
- 06** Selo certifica produtos de procedência quilombola
- 07** Sesai e Secretaria de Saúde do MT discutem saúde indígena
- 08** Questão da Buriti pode estar a um passo de ser solucionada
- 09** DSEI Altamira promove capacitação de conselheiros de saúde
- 10** Réu na morte do Senhor Lalor, liderança do Quilombo de Gurupá, é condenado a sete anos de prisão
- 11** Atingidos por Belo Monte pressionam Norte Energia
- 12** Rio Madeira sobe 24 cm em relação a ontem e área ribeirinha está em estado de Alerta
- 13** Renan garante agilidade na aprovação da Lei da Biodiversidade



- 14 Índios repudiam projeto de lei sobre biodiversidade aprovado na Câmara
- 15 Despreparo da Funai deixa índios isolados expostos a fome e doenças na fronteira, por Terri Vale de Aquino
- 16 UHE São Luiz do Tapajós: o grave risco que correriam os moradores da comunidade Pimental
- 17 Presidente do CIMI fala da importância do IV Congresso da CPT ser realizado em Rondônia
- 18 Índios voltam ao Congresso para pedir rejeição da PEC das Terras Indígenas
- 19 Comitê define regras para inclusão de famílias no Bolsa Verde
- 20 Trem de passageiros da Vale paralisa atividades novamente no Maranhão
- 21 Povos e comunidades tradicionais fazem a primeira reunião do ano
- 22 Revisão do Processo Seletivo Especial Indígena 2015 deve sair amanhã
- 23 Frente Ambientalista discute PEC que altera demarcação de terras indígenas
- 24 Vale Universidade Indígena oferece 174 vagas em Mato Grosso do Sul
- 25 Projeto Ribeirinho: Crianças aprendem brincando a cuidar do Pantanal em Projeto Social
- 26 Ação levará água tratada às torneiras de famílias rurais
- 27 Pescadores artesanais assinam o defeso em Alenquer
- 28 Leitura e escrita indígenas são discutidas entre professores de 50 etnias do Amazonas



Boletim de Notícias - Edição nº 35/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.

Começa o 4º Módulo do Curso PNGATI para o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, no território Tupinambá de Olivença (BA)

SÍTIO FUNAI, 26.02.2015



Foto: Andreza Andrade/Projeto Gati/Funai

Colaboração: Andreza Andrade/Funai

Com o tema "Instrumentos de Gestão Territorial e Ambiental" iniciou na segunda-feira, dia 23 de fevereiro, na aldeia Acuípe de Baixo, em Olivença (BA), território Tupinambá, o 4º módulo do Curso Básico de Formação em PNGATI, turma Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

O curso que vai até o dia 27/02 está debatendo os instrumentos de gestão contemplados na PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental) e seus mecanismos de implementação, tais como os diagnósticos, planejamento, execução, monitoramento e avaliação. Serão abordados Planos de Gestão Ambiental e Territorial (PGTAs) em curso ou já implementados na região Nordeste; a questão dos mosaicos de áreas protegidas; formas de elaboração de projetos; controle social; inclusão digital e comunicação para a gestão ambiental; etnomapeamentos e iniciativas indígena comunitária. Colaboradores indígenas e não indígenas com experiência nessas temáticas participarão dos debates ao longo da semana.

O curso é uma realização da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Projeto GATI - Gestão Ambiental e Territorial Indígena, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), com apoio da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname).

Na abertura do módulo, falas sobre questões ambientais e demarcação de terras

Na abertura do módulo (23/02), diversas lideranças do povo Tupinambá estiveram presentes e

CONT.



ênfzizaram nas suas falas a importância de se pensar a gestão ambiental dos territórios indígenas da região aliada à luta pela demarcação. "O nosso território tradicional foi ocupado por muito tempo por fazendas, que destruíram o meio ambiente, hoje, com parte dessas terras retomadas por meio da nossa luta, a floresta e os animais estão voltando, os rios mais limpos e com peixe", contou o cacique Eliezer Tupinambá.

A Funai sede esteve representada pela coordenadora de Políticas Ambientais da Coordenação Geral de Gestão Ambiental (COPAM/CGGAM), Graziela Almeida, que ênfzizou o apoio integral do Projeto GATI na realização do módulo e ainda a importância do comprometimento dos cursistas indígenas e gestores públicos para com o curso. "Vamos continuar batalhando para a realização dos cursos por que entendemos a importância de formar os indígenas e gestores públicos para estarem articulando e cobrando do Estado a implementação da PNGATI, que é uma política que visa o fortalecimento da gestão territorial e ambiental indígena", disse a coordenadora.

Presentes também estiverem os representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Ilhéus (BA), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), da Polícia Militar e do Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Na parte da tarde do primeiro dia, os cursistas refletiram sobre os instrumentos de gestão da PNGATI (Art. 2º), por meio de uma dinâmica conduzida pelo coordenador pedagógico do curso Henyo Barreto. Na atividade, três cursistas construíram uma prateleira de madeira, utilizando algumas ferramentas. Ao final da dinâmica, os cursistas debateram o uso das ferramentas que foram comparadas aos diversos tipos instrumentos necessários para construir e implementar a PNGATI. Foi observada também a importância da força do trabalho em equipe, as técnicas de conhecimento para construir algo em coletividade, a necessidade da adaptabilidade e proatividade em situações de dificuldades e o espírito de liderança de quem conduz um processo.

Governo do Amazonas decide manter Seind e indígenas atribuem a decisão às suas mobilizações

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 25.02.2015



No início de fevereiro, indígenas fizeram um grande protesto ao lado da Assembleia Legislativa.
(Foto: Elaíze Farias/AR)

A reforma administrativa do governo do Amazonas deixou de fora a extinção da Seind (Secretaria de Estado para Povos Indígenas), a primeira do Brasil criada por lei. O anúncio da reforma, que propõe a extinção de várias pastas, entre elas a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Inovação(Secti), foi feito na tarde desta quarta-feira (25) pelo governador José Melo.

A extinção da Seind fazia parte dos planos da Comissão criada especialmente para elaborar a reforma administrativa para economizar os cofres do governo do Estado. Esta possibilidade provocou a reação imediata dos indígenas do Amazonas, que se mobilizaram por meio de protestos, reuniões com parlamentares e divulgação de cartas contra a extinção.

Um dos maiores protestos aconteceu durante a leitura de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM) pelo governador José Melo, no dia 3 deste mês. Cerca de 300 indígenas se reuniram em frente do prédio anexo da Assembleia Legislativa do Amazonas. A Amazônia Real fez matéria sobre o protesto, que pode ser lida neste link.

CONT.



A Amazônia Real conversou com três indígenas logo após obter a confirmação de que a Seind não acabará. Todos comemoraram a decisão e afirmaram que a permanência da Seind como estrutura autônoma é fruto da mobilização dos indígenas. Eles destacaram também que a extinção da secretaria representaria um retrocesso na política indigenista do Estado e que a decisão causaria uma imagem negativa para o Amazonas.

Na coletiva desta quarta-feira, ao ser questionado pelos jornalistas sobre a permanência da Seind, Jose Melo fez questão de citar o número da população indígena do Amazonas – “294 mil, quase 300 mil”, expressou – e afirmou que “nunca pensou em extinguir a Seind”.

Melo também disse que não sofreu pressão de qualquer espécie para tomar a decisão sobre a reforma. “Jamais iria acabar com uma função tão importante”, afirmou Melo, se referindo à Seind, após mencionar o número da população indígena do Estado. Fontes da Amazônia Real afirmaram que a extinção da Seind era dada como certa pela Comissão da reforma, daí a incerteza se a pasta permaneceria.

Em entrevista concedida no dia 3 deste mês, o líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual David Almeida (PSD) disse à reportagem da Amazônia Real que José Melo havia comentado que a Seind seria uma das secretarias extintas.

A Seind foi criada em 2009, no governo de Eduardo Braga (PMDB), atual ministro de Minas e Energia. Ela ficou no lugar da Fepi (Fundação Estadual dos Povo Indígenas), criada em 2001, no governo de Amazonino Mendes (PDT). A criação dos dois órgãos foi resultado de uma grande mobilização dos indígenas do Amazonas que remonta a década de 90.

Em entrevista dada no último dia 3, o antropólogo Ademir Ramos afirmou que durante a gestão de Eduardo Braga, a política indigenista do Amazonas correu o risco de acabar, com o fim da Fepi. Ramos foi o primeiro presidente da Fepi.

“Ele queria reduzir para uma secretaria executiva. Conseguimos, eu e lideranças indígenas, uma audiência, que foi tensa, mas mesmo assim ele reconsiderou e anos depois criou a Seind. Mudou a tabuleta, mas não mudou o orçamento. O que dá para fazer com R\$ 4 milhões anuais num Estado com quase 200 mil índios? Embora os recursos sejam mínimos, mas criou-se um status de política de Estado com a secretaria”, explicou Ademir Ramos.

Mudanças e orçamento

Apesar do alívio, os indígenas com os quais a Amazônia Real conversou enfatizaram a necessidade de se fazer uma reestruturação do órgão, de se definir metas e demandas e, sobretudo, de aumentar o orçamento da secretaria, que hoje é de R\$ 4 milhões/ano, para atender um Estado com quase 300 mil pessoas, a maior população indígena do país.

“Quando os indígenas souberam que a secretaria poderia ser extinta, começou a mobilização.

CONT.



Os indígenas não ficaram quietos. Fizeram protesto, mandaram cartas. Isso foi importante”, disse o antropólogo João Paulo Barreto, da etnia tukano.

Para o antropólogo, com a permanência da Seind, é necessária uma nova etapa, com mudança estrutural e de recursos humanos. “A Seind tem o menor orçamento do governo. Por isso que o gestor precisa de habilidade para propor uma política para os indígenas a partir de critérios. A Seind precisa redefinir sua função, seu papel e sua competência”, disse Barreto.

O coordenador-geral da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), José Raimundo Lima, conhecido como Zé Bajaga Apurinã, considerou “positiva” a permanência da Seind e que a etapa seguinte é lutar para criar estratégias de melhorias financeiras e de gestão da secretaria. Ele também afirmou que o conselho da Seind, instituído logo após a criação do órgão, em 2009, precisa ser reativado.

“Fico contente que não vai ser extinta. Nas nossas manifestações, deixamos claro que não iríamos aceitar isso. Já estávamos planejando realizar novos protestos caso acabasse, com envio de gente para Manaus. Íamos ocupar os locais e os órgãos”, disse ele.

Zé Bajaga está em Manaus nesta semana para discutir a aplicação de recursos que serão destinados pelo BNDES para as terras indígenas da região do rio Purus, no sul do Amazonas. Os recursos são resultado de um acordo que a Seind firmou com o Fundo Amazônia em 2014 na área de gestão, aquisição de equipamentos e construções de pequenas obras, como casas de farinha e centro de artesanato.

Ele destacou que, apesar da permanência, a Seind precisa ter um orçamento maior para atuar junto a povos indígenas onde o órgão ainda não chegou. Bajaga citou os indígenas que habitam a calha do rio Juruá, em cidades como Eirunepé e Envira.

“A importância de se manter a Seind é também porque foi uma conquista ao longo do tempo. Mesmo atuando meio capenga, sem muitos recursos, sem atingir do jeito que queremos, ela ajuda nas articulação, fez muita coisa com pouco recurso. A Seind nos apoia nas assembleias, na semana dos povos indígenas, e nos apoia na gestão com seus técnicos”, disse Bajaga, que é cacique da aldeia Idecorá, na Terra Indígena Catitu, no município de Lábrea.

No dia 5 de fevereiro, a Focimp lançou uma nota pública protestando contra a ameaça da extinção da Seind afirmando que transformar o órgão em um departamento de outra secretaria significaria “inibir as conquistas dos povos indígenas e sobrepujar o direito de representatividade destes povos dentro do governo do Amazonas”.

O indígena Maximiliano Corrêa, da etnia tukano, considera a decisão do governador José Melo um “recuo” da proposta inicial de acabar com a Seind.

“Acredito que já no pronunciamento dele, no dia da leitura do início dos trabalhos na Assembleia Legislativa, quando disse que não acabaria com a política para os indígenas, havia

CONT.



indício de que ele não pretendia acabar”, afirmou Corrêa, que é coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), cuja sede é em Manaus.

Correa também é favorável a mudanças na gestão do órgão a partir de agora. “O momento agora é reestruturar financeiramente a Seind e uma parte dos recursos humanos. Lutar para que haja aumento no orçamento e assim garantir atendimento aos povos indígenas do Estado. O que tem hoje não atende a demanda da Seind”, afirmou.

Secretarias extintas

A reforma administrativa do Executivo Estadual foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Amazonas e deverá tramitar em até 15 dias. Somente após a votação é que o governador Jose Melo vai anunciar os novos nomes das secretarias que foram mantidas ou a manutenção dos atuais.

Com a extinção de alguns órgãos e o fim de 702 cargos comissionados, o governo do Amazonas quer ter uma economia de R\$ 910 milhões em 12 meses. Segundo informações da Agecom (Agência de Comunicação do Governo), com os ajustes fiscais previstos para ampliar a eficiência da máquina arrecadadora, a estimativa é que o Governo do Amazonas alcance um volume de recursos superior a R\$ 1 bilhão, em 12 meses, entre redução de gastos e aumento de arrecadação.

Entre as pastas que serão extintas estão as Secretarias de Mineração, Geodiversidade e Recursos Hídricos (SEMGRH) e de Ciência Tecnologia e Inovação (Secti). Elas serão transformadas em departamentos vinculados à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), por meio de departamentos específicos. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (Fapeam), que era vinculada à Secti, também passará à ser subordinada à Seplan.

O Instituto de Terras do Estado do Amazonas (Iteam) também acaba. Suas ações serão incorporadas pela Secretaria de Política Fundiária (SPF), órgão que também assumirá as competências relativas à desapropriação de imóveis, tarefa hoje executada pela Superintendência Estadual de Habitação (Suhab).

A Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Articulação e Movimentos Sociais (Searp) serão incorporadas à Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejusc). A Sejusc é uma sigla, no lugar da antiga Sejus. Foi acrescentado o nome “Cidadania”. Leia mais sobre a reforma no site do governo do Amazonas, [aqui](#).



Castanha, o maior desmatador da Amazônia

SÍTIO TERRA BRASIL, 25.02.2015

Detido pela Polícia Federal, empresário fez fortuna desmatando e vendendo ilegalmente terras por até 20 milhões de reais. Em sua cidade no Pará, ele despertava suspeitas, mas lei do silêncio imperava.

Em sua cidade, a paraense Novo Progresso, diz-se que Ezequiel Antônio Castanha mandava mais do que o prefeito. Empresário da região incrustada na Amazônia, ele era dono de supermercado, concessionária de automóveis, hotel e empresas de outros ramos. E, apesar de despertar suspeitas, o silêncio sobre seus negócios ilícitos imperava entre moradores.

Castanha, considerado o maior desmatador da Amazônia, foi preso no sábado (21/02) após uma operação da Polícia Federal e do Ibama na cidade de Itaituba, onde estava a negócios. A prisão do grileiro desarticulou a maior organização criminosa da região, que chegou a vender lotes de terra ilegalmente por até 20 milhões de reais.

"Nessa região, alguns cidadãos como ele, que possuem várias empresas, não são pessoas acima de qualquer suspeita", diz Everaldo Eguchi, chefe da delegacia de repressão a crimes contra o meio ambiente da Polícia Federal, em Belém. "Mesmo assim, os moradores não comentavam nada. Praticamente ele era o dono da cidade."

Ele e suas empresas – muitas delas de fachada, segundo a polícia – são as principais fontes de emprego da região. Economicamente, Castanha dominava Novo Progresso, cidade de cerca de 25 mil habitantes. Por isso, parte da população preferia não denunciá-lo.

"A lei do silêncio imperava. Ele não era acima de qualquer suspeita. Quando ocorre esse tipo de crime, todos da região sabem quem está por trás. É um crime lucrativo que tem um retorno rápido para a pessoa. Ele investia em fazendas esse dinheiro obtido de forma irregular", afirmou uma fonte do Ibama.

Empregados em condições de escravidão

Castanha e sua quadrilha são considerados responsáveis por cerca de 20% de todo o desmatamento registrado às margens da BR-163 (rodovia que liga Santarém a Cuiabá), entre os municípios paraenses de Novo Progresso, Itaituba e Altamira. A região é onde o Ibama vem detectando os maiores focos de desmatamento ilegal na Amazônia. O prejuízo ambiental seria de pelo menos 540 milhões de reais.

Só no ano passado, a quadrilha teria invadido florestas, reservas indígenas, assentamentos e

CONT.



desmatado uma área equivalente a 15 mil campos de futebol. Pelo fato de os grileiros estarem na região há mais de dez anos, é possível que a área devastada seja muito maior. O grupo, segundo as investigações, invadia terras públicas, desmatava e incendiava as áreas para formação de pastos, e depois vendia as terras como fazenda.

Na região, a falta de organização e fiscalização dos órgãos públicos facilita a vida de quadrilhas como a de Castanha. Na Amazônia, a maioria das terras não tem registro em órgão público, e não há procedimento para legalização de um terreno.

Pelo menos 15,5 mil hectares teriam sido desmatados pela quadrilha. Todas as áreas invadidas ficarão bloqueadas e não serão objeto de regularização fundiária. O esquema desmontado pela Polícia Federal envolvia intermediários, que faziam a negociação das terras invadidas junto a pecuaristas da região amazônica, além de Sul e Sudeste do país.

"Pelo menos desde 2006, ele tinha essa conduta. Ele aliciava trabalhadores com condições análogas à escravidão e os colocava acampados nas áreas escolhidas. O objetivo era 'abrir' a floresta o mais rápido possível", afirma Daniel Azeredo, procurador da República, em entrevista à DW. "Dois ou três anos depois, com a área já pronta, ele usava os corretores para comercializarem as áreas."

Pena de 46 anos de prisão

O esquema desviou ao menos 100 milhões de reais em sonegação de impostos e lavagem de dinheiro. Só de multas, o núcleo familiar de Castanha deve quase 50 milhões de reais ao Ibama, sem contar os autos de infração em nome dos demais membros da quadrilha.

Castanha foi preso seis meses depois do fim da Operação Castanheira, quando outras seis pessoas foram detidas. Integrante da quadrilha, Edivaldo Dalla Riva, conhecido como "Paraguaio", também está na cadeia. Já Giovani Marcelino Pascoal, o "Giovani do Hotel Miranda", que também teve a prisão decretada, segue foragido.

Em declaração à TV Globo, o advogado de Castanha, Alberto Vila Cabano, disse que o empresário está sendo vítima de acusações infundadas e que vai provar a inocência no decorrer do processo.

O "rei do desmatamento" será julgado pela Justiça Federal e poderá receber pena de mais de 46 anos de prisão pelos crimes dos quais é acusado, como devastação ilegal de mata, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e uso de documentos falsos.

Ação Eletrobras visita comunidade indígena

SÍTIO ALAGOAS 24 HORAS, 25.02.2015



Eletrobras

Hoje, o dia foi bem diferente para os moradores da comunidade indígena Kariri-Xocó, em Porto Real do Colégio. As mais de 400 casas da aldeia, que tiveram a energia regularizada recentemente, foram contempladas pelo Ação Eletrobras, um projeto da Distribuidora que visa levar informação sobre uso seguro e consumo consciente de energia elétrica.

O caminhão do Projeto Luz do Saber da Eletrobras foi até o local e apresentou diversos vídeos sobre o tema. A estudante Isnaeli Santos, de 8 anos, ficou encantada com o que aprendeu. "O que mais me chamou atenção foi o vídeo do homem que gasta muita energia. Agora eu aprendi que isso não pode".

Para o pajé da comunidade, Júlio Queirós Suira, a presença da Eletrobras na aldeia é uma conquista. "Hoje estamos tranquilos porque a energia está regular e podemos usá-la sem preocupação de algum acidente. Antes, com a energia clandestina, muitos moradores tiveram prejuízo com queima de aparelhos de som e TV. Agora, nos sentimos seguros", completou.

CONT.



Já a moradora e professora da aldeia, Irene Santos, prometeu colocar em prática tudo o que foi ensinado. "Essas palestras foram muito importantes, pois em casa eu e meus filhos deixamos vários equipamentos ligados sem estar usando. Mas a partir de agora haverá mudança, vou orientar minha família a usar os equipamentos somente quando necessário".

A ação de conscientização continuará na comunidade até amanhã (26). O caminhão do Luz do Saber está em frente à Escola Indígena Pajé Francisco Queiros Suira, das 9h às 12h e das 13h às 17h.

Fonte: Eletrobras.



Deputado Dr. Neidson quer a descentralização da saúde

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 25.02.2015

"O problema maior de Guajará Mirim é que sofre muito com a falta de administração".

O deputado estadual Dr. Neidson (PTdoB) defendeu na tribuna da Assembleia Legislativa de Rondônia-ALE/RO, na sessão ordinária desta quarta-feira (25), a descentralização da Saúde em Rondônia. "Os parlamentares precisam se unir e trabalhar pela descentralização da Saúde, já que o único hospital estadual que é pronto socorro em Rondônia é o João Paulo II. Além de receber pacientes de todo o Estado, também atende pacientes do Estado do Amazonas e do país vizinho Bolívia", afirmou.

Citou que o atendimento no Pronto Socorro João Paulo II melhorou muito, mas ainda falta espaço físico. "Está sendo construído um outro hospital com mais leitos, que infelizmente, mesmo ficando pronto ainda não vai suprir a demanda atual. Hoje o João Paulo II tem 130 leitos e tem em torno de 500 pacientes internados", observou.

Para o parlamentar, também existe a dificuldade em relação às cirurgias. "Acredito que hoje não é realizada nenhuma cirurgia nos municípios. Só em Guajará-Mirim há oito anos não têm cirurgias eletivas. O hospital de Extrema foi elogiado pelo Conselho Regional de Medicina, mas porque é o governo quem está mantendo, porque o município não tem condições", lembrou.

Citou que Porto Velho, que é a capital, tem somente um hospital público municipal, que é a maternidade. "Temos hospitais no interior do Estado, como é o caso de Cacoal, que foi inaugurado de forma precária e precipitada. Também tem os ribeirinhos, tanto em Guajará quanto em Porto Velho, bem como as aldeias indígenas, onde há muitas reclamações na área da saúde. Todos podemos fazer um bom mandato e creio que poderemos melhorar esta situação", destacou.

Outro problema apresentado pelo deputado é a situação da BR-425, onde as obras estão paralisadas, o que prejudicou a região. Ele disse esperar realmente que este problema seja resolvido.

Em aparte, o deputado Lebrão (PTN) disse que o governo Confúcio Moura avançou muito na área da saúde, citando diversos municípios como exemplo. "Infelizmente os prefeitos que passaram por Guajará, para serem ruins, tinham que melhorar muito. O atual prefeito então, deveria renunciar", opinou.

Continuando, Lebrão lembrou que a Assembleia Legislativa de Rondônia-ALE/RO, investiu muito em parceria com o Governo para melhorar o setor da saúde em Guajará, além de o Estado ter recuperado a malha urbana e rural do município. "O problema maior de Guajará Mirim é que sofre muito com a falta de administração. Mas quero parabenizar o deputado Dr.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 35/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.

Neidson pela defesa de sua região sendo que tem um desafio muito grande em ser a voz da Pérola do Mamoré”, complementou.

Autor: ALE/RO

Fonte: O Nortão



Selo certifica produtos de procedência quilombola

SÍTIO PORTAL EBC, 25.02.2015

Liliane Farias

Já está disponível na internet o manual do Selo Quilombos do Brasil.

O documento explica os benefícios do uso do selo, solicitação de uso da marca e aplicação.

Podem requerer o selo agricultores familiares, integrantes de associações, cooperativas e empresas nas comunidades reconhecidas quilombolas.

Para conseguir autorização de uso do selo, o solicitante deve comprovar que o produto agrega saberes étnico-culturais, além da utilização de matéria-prima local e práticas de produção socioeconômicas ambientalmente sustentáveis.

A solicitação deve ser feita ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. A aprovação pode demorar até 60 dias. O Selo Quilombos do Brasil tem validade de 5 anos e pode ser usado na identificação de produtos como verduras, legumes, polpas de frutas e laticínios, artesanato, geléias e doces.

O Selo é um certificado de origem que atribui identidade cultural aos produtos de procedência quilombola.



Sesai e Secretaria de Saúde do MT discutem saúde indígena

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 25.02.2015

Em visita à capital Cuiabá (MT), o secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, esteve reunido nessa terça-feira (24) com o secretário de Saúde do estado do Mato Grosso, Marco Bertúlio, para discutir a saúde indígena da região.

Com cinco Distritos Sanitários de Saúde Indígena (DSEI), o Mato Grosso é o segundo estado brasileiro com maior concentração de DSEIs, que juntos cuidam de quase 30 mil indígenas, de 42 etnias distintas. A diretora do Departamento de Atenção à Saúde Indígena (Dasi), Danielle Soares Cavalcanti, e os coordenadores dos DSEIs Cuiabá, Núbia Derossi; Araguaia, Milton de Souza; Kaiapó do Mato Grosso, Sanna da Silva; e Xavante, Cláudio Rodrigues, também participaram do encontro.

“Essa articulação é importante para que, juntos, possamos somar esforços e potencializar todos os recursos e fluxos na saúde, evitando desperdícios tanto da União quanto dos estados e municípios”, declarou o secretário Antônio Alves.

Segundo Danielle Cavalcante, discutir a regulação da média e alta complexidade é fundamental para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), pois o subsistema de saúde indígena depende do apoio dos estados e municípios para alocação de recursos. “Atualmente, é o orçamento da Sesai que cobre esses custos. E esse é um recurso destinado à Atenção Básica da saúde indígena, não para média e alta complexidade. Esse é um grande desafio para nós”, afirma a diretora do Dasi.

Nesta quarta-feira (25), o Ministro da Saúde se reúne com os secretários estaduais de saúde na primeira assembleia do Conselho Nacional de Secretários de Saúde de 2015, em Brasília-DF. Dia 27, sexta-feira, acontece a 135ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT), também em Brasília.

Por Déborah Proença



Questão da Buriti pode estar a um passo de ser solucionada

SÍTIO MS NOTÍCIAS, 26.02.2015

Conforme Azambuja documentos referente a indenização pode ser assinado nos próximos dias

De acordo com o chefe do executivo estadual, o tucano Reinaldo Azambuja, o assessor do ministro da justiça, José Eduardo Cardozo enviou para Mato Grosso do Sul uma minuta de o documentos referente a indenização dos produtores da região do Buriti, em Sidrolândia.

Fazendas da região do Buriti foram ocupadas por índios e agora os produtores rurais buscam indenização do governo federal. Os produtores pedem pelo menos R\$ 130 milhões pelas terras, o governo federal oferece valor abaixo do pedido.

De acordo com Azambuja está sendo discutido o termo de acordo e em poucos dias a questão pode estar solucionada.

“Acredito que está por uma questão mínima com o MPF e os produtores rurais para concretizar a assinatura do termo de acordo”, disse o governador do Estado.

Em 2013, durante a ocupação dos índios, houve um conflito entre eles e a polícia, resultando na morte do terena Oziel Gabriel, 35 anos, chamando de autoridades e imprensa internacional. Nos confrontos, outro terena foi baleado e ficou paraplégico. A polícia não esclareceu, até então, de onde partiram as balas que atingiram os índios.



DSEI Altamira promove capacitação de conselheiros de saúde

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 26.02.2015

O Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Altamira, em parceria com o Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi-Altamira), realizou entre os dias 23 e 25, mais um ciclo de capacitações para conselheiros Distritais de Saúde Indígena. A ação aconteceu no município de Altamira (PA) e contou com a presença de gestores, trabalhadores e usuários da saúde indígena. Participaram também como convidados o técnico do Controle Social da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Marcos Antônio da Silva Pádua, e a presidenta da Comissão de Profissionais da Saúde Indígena (COPSI), Carmem Pankararu.

De acordo com o coordenador do Dsei Altamira, Lindomar Carneiro da Silva, “a realização da capacitação é de suma importância para o fortalecimento das ações de saneamento, edificações e atenção à saúde sob a responsabilidade do Dsei”. Segundo ele, ações como essas ajudam a favorecer o conhecimento de temas que fortalecem o controle social, promovendo debates visando à melhoria do trabalho, das ações desenvolvidas pelo DSEI e, sobretudo, com fins de melhorar a qualidade de vida das populações indígenas.

Para o presidente do Condisi Dsei Altamira, William Cesar Lopes Domingues (Uwira Xakriabá), a capacitação vem dar continuidade ao processo de formação contínua dos conselheiros de saúde indígena, agregando aos conselheiros distritais a excelência dos conhecimentos e a experiência de Carmem Pankararu e Marcos Pádua, que participaram da ação.

“Isso possibilita uma melhor atuação do controle social frente aos grandes desafios enfrentados na saúde indígena de nosso distrito, principalmente a partir da construção da UHE Belo Monte”, destacou Uwira. Ainda segundo ele, “um dos pontos altos da capacitação foi a abordagem das dimensões institucional e política dos Conselhos desde a luta popular pela criação e efetivação do SUS”.

Durante a capacitação, os conselheiros deliberaram pela revisão e atualização dos Regimentos Internos dos Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI) e Condisi, bem como pela reestruturação dos Conselhos Locais de Saúde Indígena na abrangência do DSEI. Com isso, haverá uma diminuição no quantitativo de CLSI para o ano de 2016, bem como a criação de duas novas comissões, uma com o objetivo de revisar os regimentos e reestruturar os conselhos, e outra para acompanhar os condicionantes estabelecidos junto à Usina Hidroelétrica (UHE) Belo Monte.

Novo mandato

No último dia 25 foi realizado o processo eleitoral que reconduziu o presidente do Condisi, William Cesar Lopes Domingues Xacriabá, ao cargo e elegeu como o seu vice-presidente, Joaquim Ferreira Lima.

Réu na morte do Senhor Lalor, liderança do Quilombo de Gurupá, é condenado a sete anos de prisão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.02.2015



Portal Tailandia

Nesta quarta-feira (25), foi condenado a sete anos de prisão, em regime semi-aberto, Carlos Alberto Araújo da Silva, acusado de matar a golpes de faca o líder quilombola do Marajó Teodoro Lalor, assinado na capital paraense em 2013, em Belém.

Na época, o crime teve ampla repercussão, já que a vítima lutava pela titulação dos quilombos na região de Cachoeira do Arari, no Marajó, e fizera denúncias ao Ministério Público Federal (MPF), nos últimos anos, sobre supostas ameaças contra quilombolas na região.

Segundo a polícia, a vítima foi assassinada quando participava de um encontro em defesa dos povos quilombolas em Belém. As investigações da polícia concluíram que o crime teria sido passional, pois tanto vítima quanto o acusado mantinham um relacionamento com a mesma mulher. O acusado foi preso em janeiro de 2014 e após prestar depoimento, foi transferido para o Centro de Triagem Metropolitano 2, no Complexo Penitenciário de Santa Isabel do Pará.

CONT.



O crime

Teodoro Lima, 55 anos, foi morto na madrugada de 19 de agosto de 2013, com golpes de faca no peito, em Belém. No dia seguinte ao crime, a equipe da Divisão de Homicídios localizou a mulher que mantinha um relacionamento amoroso com a vítima, o que, para a polícia, reforçou a tese de que Teodoro foi morto pelo suspeito por causa de ciúmes. Antônia dos Santos relatou que Teodoro, sempre que vinha a Belém, da ilha do Marajó, ia à sua procura no bairro da Cabanagem, pois a filha dele morava perto da casa de Antônia.

A mulher contou ainda que conheceu o suspeito em maio de 2013, e que terminou o envolvimento amoroso com ele em julho. Segundo Antônia dos Santos, o fim do relacionamento ocorreu após a mulher descobrir que o então companheiro era usuário de drogas e que trabalhava para traficantes do bairro. De acordo a mulher, o suspeito não queria aceitar a separação e até teria lhe jurado de morte.

Teodoro teria pedido para dormir na casa dela, e eles foram surpreendidos pelo suspeito. Carlos Alberto teria agredido Teodoro a socos, enquanto Antônia gritava na rua para chamar a polícia. O suspeito agrediu a mulher com um soco no rosto, fazendo-a desmaiar em frente da casa. A mulher contou que só acordou, por volta de 4 horas da manhã, quando policiais bateram à porta de sua casa. Segundo as testemunhas, a vítima recebeu um golpe e ainda tentou correr, mas logo caiu morto.

Foto reproduzida do site Terra e Poesia.



Atingidos por Belo Monte pressionam Norte Energia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.02.2015

MAB – Após muita cobrança, os moradores do bairro Independente II, conseguiram fazer com que a Norte Energia e a prefeitura de Altamira comparecessem a audiência pública no próprio bairro. O bairro está abaixo da cota 100m, região que será atingida diretamente pelo lago de Belo Monte, no entanto, a Norte Energia não considerava esse bairro como atingido, fato que despertou muita preocupação e aflição as mais de 200 famílias que moram nessa localidade.

A audiência, que reuniu cerca de 500 moradores, aconteceu na noite de segunda feira (23) e é o resultado das lutas que os moradores do bairro vem fazendo nos últimos meses, cuja principal mobilização foi a ocupação do escritório da Norte Energia e da Prefeitura Municipal de Altamira no final de janeiro.

Na audiência, a prefeitura responsabilizou completamente a Norte Energia pelo impacto no Independente II. Segundo o vice prefeito, Joel Mendes, “de quem é a obra? A obra é da Norte Energia, ela que se responsabilize”. O secretário de administração, Fabiano Bernardo, enfatizou que “a cota 100m só passou a existir depois que a Norte Energia veio pra Altamira, antes disso não tinha.”

A Norte Energia, representada pelo gerente de realocação fundiária Amauri Daros, insistiu em argumentar que a responsabilidade de resolver os problemas desses moradores deve ser compartilhada entre Norte Energia e prefeitura, e que apresentará um projeto de engenharia junto ao poder público no dia 03 de março para tentar solucionar o mais rápido possível o problema denunciado.

Os moradores saíram animados da audiência. Segundo a moradora Elaine “por mais que eles tenham vindo aqui sem uma resposta concreta, foi importante porque, se eles vão discutir uma proposta de projeto para o bairro, é porque agora eles passaram nos considerar como atingidos, e isso, por mais pequeno que ainda seja, é uma conquista importante da organização dos moradores junto ao MAB”.

Foi marcada uma nova audiência pública para o dia 06 de março para que a empresa e o órgão público municipal levem a resposta aos moradores, mas as famílias já deixaram claro que não aceitarão qualquer projeto.

Rio Madeira sobe 24 cm em relação a ontem e área ribeirinha está em estado de Alerta

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 26.02.2015



No registro realizado pelo monitoramento do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) a cota do rio Madeira até o final da manhã desta quinta-feira (26), precisamente por volta das 11h15, estava em 16,64m. Em comparação a ontem, cuja média foi de 16,40m, o rio subiu praticamente 24cm, deixando a área portuária e ribeirinha de Porto Velho em estado de alerta.

Como já registrado em dias anteriores o nível do rio Madeira sobe e desce com uma oscilação variada entre oito a cinco centímetros do início do dia até o seu final.

Por enquanto, até o momento, segundo dados da CPRM, em dados comparativos do ano passado no mesmo período, o rio Madeira estava dois metros acima do que é registrado hoje. Descartando a cheia histórica do ano passado, que chegou no seu pico com incríveis 19,74m – registro esse de 30 de março de 2014.

As águas já tomam conta parcialmente dos bairros próximos a beira do rio, como Baixa União, Triângulo, Candelária e Cai N'Água e já é possível ver a preocupação de algumas famílias em buscar lugares para ficar nesse período. A Defesa Civil do Município monitora também o andamento do rio em relação a esses locais e já busca meios de realocar os atingidos.

CONT.



A proporção é menor na elevação da cota do rio, porém, de acordo com informações de técnicos da CPRM, o que hoje demanda a subida das águas do Madeira são as chuvas que caem sobre a região e depende também do comportamento da parte do rio que vem da Bolívia e região peruana, que é impossível mensurar. Mas as análises em cima de dados proporcionais desse ano em comparativo com ano passado no mesmo período o rio Madeira deve permanecer subindo até o final de março, mas sem o prejuízo e excessos causados na maior cheia registrada na história de Rondônia.

No momento o rio segue subindo e a oscilação permanece estável, até o final do dia pode baixar um pouco em relação ao que foi registrado na manhã de hoje.

Fonte: Rondoniaovivo - MARCOS SOUZA.



Renan garante agilidade na aprovação da Lei da Biodiversidade

SÍTIO OLHAR DIRETO, 26.02.2015

Agência Senado

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, agilidade na apreciação do projeto da Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015). Ela visitou Renan na tarde desta quarta-feira (25).

De iniciativa do Poder Executivo, o projeto foi aprovado no último dia 10 pela Câmara dos Deputados, na forma de um substitutivo apresentado pelo deputado Alceu Moreira (PMDB-RS). A proposta objetiva facilitar o acesso aos conhecimentos científico, indígena e tradicionais já acumulados, além de abrir as portas para a criação de novos produtos a partir desses recursos, principalmente na produção de medicamentos e cosméticos.

A matéria tramitará em regime de urgência no Senado e deverá ser apreciado em até 45 dias. Após esse prazo, passará a trancar a pauta de votações.

Renan Calheiros garantiu à ministra do Meio Ambiente que não poupará esforços para aprovar a Lei da Biodiversidade dentro do regime de urgência.

— Eu já mandei lerem o projeto no Plenário do Senado. Com isso, já se começa a contar o prazo do regime de urgência. O Marco da Biodiversidade vai ser enviado hoje para as comissões. O regime de urgência é importante porque tranca a pauta da Casa e permite que o projeto seja analisado simultaneamente nas três comissões. Isso acelera o processo e faz com que seja aprovado dentro do prazo de urgência — garantiu Renan.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado.

Índios repudiam projeto de lei sobre biodiversidade aprovado na Câmara
SÍTIO GLOBO.COM, 26.02.2015

*Normas simplificam acesso e uso da biodiversidade por empresas.
Projeto ainda precisará passar pelo crivo do Senado Federal.*



Imagem aérea do Rio Juruá, na Amazônia. Nova lei altera acesso à biodiversidade (Foto: Bruno Kelly/Reuters)

Indígenas brasileiros repudiaram um projeto de lei que tramita no Congresso e que simplifica o acesso e uso da biodiversidade do país por pesquisadores e empresas.

As normas, que segundo seus críticos oferecem grandes vantagens às farmacêuticas e às fabricantes de cosméticos, foi aprovada pela Câmara dos Deputados há duas semanas e deverá ser analisada pelo Senado antes de entrar em vigor.

Nesta quarta-feira (26), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), órgão que representa os povos nativos do país, criticou o texto porque ele "afeta os direitos de inumeráveis povos indígenas".

CONT.



Em comunicado, a APIB afirmou que o governo de Dilma Rousseff os "excluiu" do processo da elaboração da lei por causa "da conhecida pressão de setores econômicos envolvidos".

Os índios exigiram principalmente que tivessem garantido o direito de serem consultados sobre toda atividade que se desenvolva em suas terras e que a possibilidade de negar o acesso à biodiversidade de suas regiões fosse regulamentada.

O projeto legislativo reduz ostensivamente os trâmites burocráticos que os laboratórios são obrigados a realizar para receber permissão para usarem os recursos naturais na Amazônia ou em terras indígenas.

Também estabelece que as empresas interessadas deverão pagar ao governo 1% de seu faturamento a título de royalties pelo desenvolvimento de produtos com material genético da biodiversidade brasileira. No entanto, essa taxa poderá ser reduzida até 0,1% e só ser cobrada na fase de comercialização do produto, o que atrasaria os pagamentos.

Ao aprovar o projeto de lei, a Câmara dos Deputados introduziu também uma polêmica emenda para perdoar antigas multas por biopirataria. O perdão das dívidas, segundo os deputados, pretende ajudar órgãos públicos brasileiros como a Embrapa, que deve multas de R\$ 200 milhões por suas pesquisas.

Atualmente, o acesso à biodiversidade está regulado por um decreto de 2001, que estabelece regras exaustivas e trâmites burocráticos lentos que levaram às farmacêuticas a desistirem de incorporar matérias-primas da biodiversidade brasileira em seus produtos.



Despreparo da Funai deixa índios isolados expostos a fome e doenças na fronteira, por Terri Vale de Aquino

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.02.2015

No blog do Altino Machado

Desde meados do ano passado, quando foram divulgados os vídeos dos primeiros contatos dos Sapanahua do igarapé Xinane com os Ashaninka da aldeia Simpatia, no alto rio Envira, a Funai adotou a política de isolar os "isolados" na base Xinane, da Frente de Proteção Etnoambiental Envira, sem dar nenhuma satisfação à sociedade acreana e brasileira sobre o destino desses índios e as ações então adotadas para a sua efetiva proteção.

As "normas" impostas pela Coordenadoria Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) e pela coordenação da Frente Envira impedem a divulgação de quaisquer informações referentes a esses índios, sobretudo de suas fotos e vídeos. Visitas à base Xinane, onde os Sapanahua – um dos clãs do povo Jaminawa – foram confinados logo após os primeiros contatos, são restritas e nem mesmo os seus vizinhos Ashaninka são bem vindos por lá.

Tantas "normas e regras", na realidade, tentam esconder a inexperiência, a improvisação e o despreparo dos indigenistas da Funai, que não souberam lidar com a situação concreta em que os próprios "isolados" tomaram a iniciativa de manter contato com os Ashaninka da aldeia Simpatia. Aliás, dá para perceber pelos vídeos que os servidores da Funai e da Sesai (Secretaria de Saúde Indígena), presentes naquela ocasião, agiram de forma autoritária e até mesmo violenta contra os sete jovens Sapanahua, que decidiram estabelecer relações amistosas. Deram um jabuti de presente para os Ashaninka e receberam em troca dois cachos de banana, entregues pelo professor Fernando Kampa.

Os roçados e a maloca dos Sapanahua do Xinane haviam sido localizados pela primeira vez em 2008, quando o sertanista José Carlos Meirelles, então coordenador da Frente Envira, sobrevoou a região das proximidades do Paralelo de 10º Sul, na fronteira Brasil-Peru, no município acreano de Feijó.

Após esses primeiros contatos dos Sapanahua com os Ashaninka, em fins de junho de 2014, vários equívocos foram cometidos pela atual coordenação da Frente Envira. O primeiro deles foi a iniciativa de isolar os Sapanahua na base Xinane, que estava desativada há mais de dois anos, em decorrência das invasões, em 2011/12, por narcotraficantes oriundos do lado peruano da fronteira. Na ocasião, não havia roçado na base da Funai e os índios recém-contatados, como disse o velho curaca Carijó da aldeia Simpatia, "não tinham um pé de roça nem banana pra comer". Devido à falta de roçados, os Sapanahua foram obrigados a mudar a sua dieta alimentar, passando a comer farinha, arroz e macarrão, "comida estranha" que vinha do céu, porque era trazida de Cruzeiro do Sul em helicópteros fretados pela Sesai.

CONT.



Três jovens amigos do atual coordenador da Frente Envira foram contratados pela Funai para fazerem experiências em permacultura na base Xinane, tentando torná-la autossustentável. Priorizaram logo a construção de uma privada ("banheiro seco") e o cultivo de sementes exógenas, que nada têm a ver com os costumes indígenas da região. Numa clara inversão de prioridades.

Por falta de alimentação adequada, os Sapanahua abandonaram a base Xinane, onde um grupo de 22 deles chegou a ser vacinado contra gripe, principal causa de morte entre índios recém-contatados, e outras doenças contagiosas graves: sarampo, rubéola, caxumba, difteria, tuberculose, tétano, coqueluche, varíola e hepatite. No entanto, nem mesmo estes se encontram imunizados, porque só tomaram as primeiras doses dessas vacinas. E a maioria delas, para imunizar, requer pelo menos três doses, com intervalos mínimos de 30 dias.

Devido à inexistência de legumes tradicionais como macaxeira, banana, batata, mudubim, taioba, inhame, cana e milho massa, dentre outros, a maior parte das famílias Sapanahua retornou à maloca nas cabeceiras do Xinane. Na base da Funai, só ficaram algumas poucas famílias, que frequentemente descem o rio em balsas de paco-paco até a aldeia Simpatia, arriscando a própria vida – já que ainda não sabem nadar – para conhecer melhor os seus vizinhos Ashaninka e saborear os "legumes finos" de seus roçados. Outras famílias Sapanahua desceram o rio até a foz do igarapé Machacuca, onde estão colocando seu roçado e construindo uma casa comunal.

Essa dispersão da população Sapanahua, estimada hoje em cerca de 50 pessoas, certamente irá dificultar ainda mais o processo de vacinação e imunização desses indígenas, podendo o grupo inteiro ser vítima de algum tipo de epidemia, que poderá levar a óbitos, como ocorrem frequentemente com grupos de contato inicial.

O segundo equívoco diz respeito à continuidade das relações pouco amistosas, e até mesmo conflituosas, entre os servidores da Frente Envira e as lideranças Ashaninka e Madijá do Envira. Os Ashaninka se queixam do abandono e da falta de diálogo com os novos indigenistas da Frente. Tais reclamações e queixas foram explicitadas no depoimento do professor Airtton Kampa, presidente da Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira (Aspare), transcrito no fim desta matéria.

O terceiro equívoco refere-se à atual gestão da Frente Envira e suas relações com os intérpretes Jaminawa, colaboradores Ashaninka e Kaxinawá e mateiros regionais, que trabalham nas suas "bases avançadas" Xinane e Douro. Quase todos esses "profissionais da mata" reclamam, com justa razão, dos baixos valores de suas "diárias" e dos atrasos excessivos para receber seus pagamentos. Como foi o caso do mateiro Jabuti, que passou quase dois meses na cidade de Feijó, se endividando no comércio local para não passar fome, esperando receber seu pagamento. Tudo porque o "coordenador substituto" da Frente Envira, que deveria assinar a papelada, encontrava-se na base Xinane há muito tempo. Resultado: legalmente, ninguém podia assinar o papel para a Funai pagar esse trabalhador.

CONT.



Aliás, essas categorias de "substituto" e "interino" impregnaram o órgão indigenista oficial nos últimos dois anos. Com raras exceções, que confirmam a regra, quase todo mundo que tem cargo de (des)confiança por lá ou é "interino" ou "substituto". Até hoje o seu presidente é "interino", o que enfraquece e deprecia politicamente a Funai, além de trazer sérios problemas de gestão.

Os trabalhadores nas bases avançadas da Funai

Esperamos dias melhores para os trabalhadores das bases Xinane e Douro da Frente Envira. E que eles possam um dia ser reconhecidos e contratados pela Funai. Sem a participação desses "profissionais da mata", essas bases ficam inoperantes.

Por outro lado, a proteção efetiva dos cinco ou mais grupos indígenas "isolados" e de recente contato depende fundamentalmente do envolvimento das comunidades Ashaninka, Madijá, Kaxinawá, Manchineri e Jaminawa, dentre outras, que compartilham suas terras com esses grupos. E também do envolvimento profissional de intérpretes Jaminawa e mateiros regionais. No entanto, quase todos esses "profissionais da mata" reclamam que seus direitos trabalhistas não estão sendo respeitados nem cumpridos pela Funai. Por conta disso, alguns antigos trabalhadores das bases Xinane e Douro estão processando o órgão indigenista na Justiça do Trabalho. Essa relação colonialista da Funai em relação a esses trabalhadores deve ser denunciada e mudada. Até quando esses integrantes dos povos da floresta continuarão sendo explorados e enganados?

Apelo à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF

O último equívoco diz respeito ao não cumprimento até agora dos compromissos assumidos pela Diretoria de Proteção Territorial (DPT) da Funai junto à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF):

"A Funai se comprometeu a concluir os trabalhos para a identificação de área para índios isolados da região até julho de 2014. A Funai também apresentará proposta de atuação, especialmente ao rio Muru, em especial sobre as medidas de proteção em relação aos saques que estão ocorrendo" (Memória da Reunião na 6ª Câmara de Coordenação e Revisão/MPF, de 03 de março de 2014).

Tais compromissos consistem na obrigação de adotar um conjunto de medidas, visando a minimizar os impactos socioambientais e fundiários decorrentes da construção da estrada Jordão-Novo Porto. Construída sem licenciamento ambiental e sem nenhum EIA-RIMA, a estrada interliga os vales dos rios Tarauacá e Muru e atravessa a última reserva de mogno dessa região fronteiriça. Inaugurada em 7 de setembro de 2013, produziu evidentes impactos sobre populações e terras Kaxinawá do Humaitá e Jordão e até mesmo sobre grupos de índios "isolados" da TI Alto Tarauacá, única terra destinada exclusivamente a esses índios no Estado.

CONT.



Os prazos dados à Funai para concluir os seus trabalhos já se esgotaram há muito tempo. E até agora a mencionada diretoria da Funai nada apresentou ao MPF e à sua 6ª Câmara, em Brasília. Em decorrência dessa omissão, faço um apelo à Drª Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara, que obrigue a Funai a cumprir com seus compromissos assumidos em audiência pública.

O afeto que se encerra

Outros equívocos ainda podem ser citados, como aquele que me impediu de visitar a base Xinane para conhecer e conversar com os Sapanahua recém-contatados, com ajuda do intérprete Jaminawa.

Em novembro passado, fiz uma longa viagem às aldeias Ashaninka e Madijá do rio Envira, junto com o sertanista Meirelles, o cineasta Kaxinawá Adelson Paulino e o fotógrafo Alexandre Carvalho. Paramos em quase todas as aldeias (Simpatia, Coco Açu, Nova Floresta, Alto Bonito, Terra Nova, Igarapé do Anjo e outras) para conversar com suas lideranças e representantes sobre suas relações com os Sapanahua/Jaminawa e outros grupos "isolados" que ocupam e/ou transitam por suas terras. E ainda sobre suas relações com a nova coordenação da Frente Envira. Fomos até a última aldeia Simpatia, onde os Sapanahua fizeram os primeiros contatos com os Ashaninka. No entanto, não pude chegar até a base Xinane, para conversar com os poucos Sapanahua que ainda se encontravam por lá, pois, apesar dos apelos do sertanista Meirelles, meu amigo e compadre, o coordenador da Frente alegou um conjunto de "normas e regras" que me impediram de conhecer esses "parentes recém-contatados".

O que levou o coordenador da Frente Envira a agir assim de forma tão autoritária? E olhem que até julho do ano passado, antes de me aposentar na Funai, trabalhei como antropólogo da Frente, junto com esse mesmo coordenador... Quer dizer que para um sertanista e um antropólogo, com quase quarenta anos de trabalho junto a esses povos, a visita é proibida, mas é liberada para três jovens técnicos, que demonstram não ter experiência anterior com comunidades indígenas, muito menos com índios "isolados e de recente contato"?

Além disso, vínhamos trabalhando numa estreita parceria com a coordenação da Frente Envira, desde as oficinas que a Comissão Pró-Índio realizou em 2013, nas terras Kaxinawá dos rios Humaitá, Tarauacá e Jordão, sobre a presença de índios isolados na região fronteira. Com isso, o referido coordenador teve oportunidade de conhecer melhor as comunidades Huni Kuin, povo mais numeroso do Estado, que vive atualmente em 12 terras indígenas, parte delas compartilhada com grupos "isolados". Em 2014, o apresentamos ao senador Jorge Viana e ainda ajudamos a elaborar o "Projeto de Proteção aos Índios Isolados e seus Territórios no Estado do Acre", que foi devidamente encaminhado pelo senador acreano, em meados de 2014, ao Ministro da Justiça. Confesso que fiquei muito triste e chateado com tamanha indelicadeza desse coordenador da Frente, embora ele, provavelmente, estivesse apenas cumprindo ordens de seus superiores de Brasília.

CONT.



Penso que a Comissão Pró-Índio do Acre, onde trabalho agora como assessor, deveria priorizar o fortalecimento das associações e organizações Kaxinawá, Ashaninka, Madijá, Jaminawa e Manchineri, sobretudo no que se refere às ações de proteção aos grupos "isolados" que compartilham suas terras. Como sou um otimista inveterado, espero que haja realmente uma mudança na política da Frente Envira da Funai. E entenda que a verdadeira proteção aos povos "isolados" passa necessariamente pelo estabelecimento de parcerias com lideranças e representantes das comunidades indígenas. E que também estabeleça parcerias com o governo do Estado e com entidades indigenistas locais. Enfim, é preciso não confundir a proteção de um povo "isolado" com um trabalho indigenista isolado. Com outras palavras, é o que estão dizendo os Ashaninka com quem conversei recentemente no alto rio Envira.

O testemunho de Airton Kampa

O depoimento a seguir do presidente da Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira, Airton Kampa, que também é professor da aldeia Nova Floresta, fala por si próprio. Registrei o seu relato na cidade de Plácido de Castro, no dia 10 de dezembro de 2014, logo que regressei da viagem às aldeias Ashaninka e Madijá do Envira. Naquela ocasião, ele estava participando do último curso de formação de professores indígenas promovido pela Secretaria de Educação do Estado. Faço minhas as palavras de Airton. Realmente, a política da Funai de isolar os "isolados" fracassou no Acre. Até porque "não combinaram com o lateral", ou seja, essa política indigenista não está sendo seguida nem pelos próprios "isolados". O professor Airton denuncia o abandono em que vive o seu povo nas proximidades da fronteira Brasil-Peru e a falta de diálogo com os indigenistas da Frente Envira, que não param nas aldeias para conversar e repassar informações. Vamos ler o seu depoimento com "um olho na missa e outro no padre", como se diz por aqui. Com a palavra o presidente da Associação do Povo Ashaninka do Rio Envira.

Falta de diálogo e parceria

"O indigenista Guilherme da Funai, que agora é coordenador da Frente Envira, na primeira vez que apareceu nas nossas aldeias, dizia que queria trabalhar em parceria com nossas comunidades Ashaninka e Madijá. E que também estava selecionando colaboradores indígenas pra trabalhar na base Xinane, ajudando a proteger quatro ou cinco grupos isolados que vivem nas nossas terras indígenas. A Frente Envira, segundo a proposta dele, iria contratar e pagar bem aos colaboradores Ashaninka e Madijá que ajudassem a reabrir a base Xinane, que estava fechada por conta das invasões feitas pelos traficantes que desceram o rio Envira. A outra proposta dele era encostar sempre nas nossas aldeias para conversar com a gente. Ele sempre dizia que era diferente do sertanista Meirelles, porque, segundo ele dizia, o Meirelles só trabalhava com mateiros brancos da região. E não convidava os Ashaninka e Madijá pra trabalhar nas bases de proteção da Frente Envira. Depois que foi nomeado chefe da Frente Envira, o Guilherme já passou três vezes pelas nossas aldeias, mas não parou em nenhuma. Ele gosta de se comparar com o velho sertanista, mas nem chega perto dele.

CONT.



O trabalho do Meirelles, que passou mais de 20 anos chefiando a Frente Envira, é uma experiência de muito valor. Ele foi o primeiro sertanista que ajudou a demarcar terras indígenas para os parentes isolados aqui no Acre. Algumas dessas terras são também de nossas comunidades. Até hoje a gente vê o valor do trabalho dele. Agora estamos preocupados com esses indigenistas novatos da Frente Envira, que apareceram, há poucos tempo, na base Xinane. Fazem tudo da cabeça deles, sem conversar nem consultar ninguém. Mas ainda não estão preparados para lidar com nossas comunidades, muito menos com os parentes isolados. Não conhecem a floresta, não sabem caçar nem pescar, colocar roçados, consertar motores, construir casas, malocas e tapiris. Ainda não aprenderam a lidar com nossas lideranças, pajés, professores e agentes de saúde. Passam pelas nossas aldeias e não param pra dialogar com a gente. Nem mesmo para dar notícias dos nossos projetos junto ao Governo do Estado. Não fazem oficinas nas nossas comunidades para discutir os problemas com os parentes isolados na nossa terra, para conversar sobre os saques que estão fazendo nas nossas aldeias. Não estamos gostando disso! Já começou esse problema também.

Quem amansou os parentes isolados do Xinane não foi essa turma da Frente Envira. Quem amansou foi o professor Fernando Kampa e os parentes Ashaninka da aldeia Simpatia. O Guilherme dizia que era contra amansar os parentes isolados. Falava que o trabalho da Frente Envira é proteger e não amansar os isolados. Os parentes Ashaninka da Simpatia disseram que esse pessoal da Funai mais atrapalhou do que ajudou nesses primeiros contatos com os parentes isolados do Xinane. Por causa disso, houve até um desentendimento sério lá na aldeia Simpatia entre um dos indigenistas da Frente e o Shupak, que é neto do velho curaca Carijó. Quase que o indigenista era furado de faca por causa disso.

Os parentes Ashaninka da aldeia Simpatia disseram também que só amansaram os parentes do Xinane, porque eles já fizeram muitos saques em quase todas as aldeias, principalmente depois que vieram morar nas cabeceiras do Xinane. Mas a Frente Envira da Funai até agora não indenizou ninguém por causa disso. Agora andam dizendo que a Funai vai criar uma CTL [Coordenação Técnica Local, antigo Posto Indígena] no Alto Envira para trabalhar com nossas comunidades, enquanto a Frente Envira vai cuidar apenas dos parentes isolados, como sempre fez. Não explicam nada sobre os objetivos dessa tal de CTL. Mas se for para criar uma CTL do mesmo jeito da Frente Envira, então é melhor nem criar. Por falta de experiência, levaram os parentes isolados lá pra base Xinane, que não tinha um pé de roça pra eles comerem. Começaram então a dar farinha, arroz e macarrão. Cansados dessa comida de branco, os parentes do Xinane fizeram balsas de paco-paco ou de algodoeiro brabo pra descer o rio até a aldeia Simpatia, pra conhecer melhor os parentes e comer os legumes dos roçados. Parece até que os parentes do Xinane gostam mais de visitar os parentes da Simpatia do que viver lá na base debaixo de ordem do Guilherme. Ele que não venha agora chefiar essa CTL como já se ouviu falar, sem consulta e consentimento de nossas comunidades”.

Terri Vale de Aquino é antropólogo da Comissão Pró-Índio do Acre e pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia da Universidade Estadual do Amazonas e Universidade Federal do Amazonas. Escreve a coluna Papo do Índio, no Página 20.

Enviado para Combate Racismo Ambiental por Altino Machado.

UHE São Luiz do Tapajós: o grave risco que correriam os moradores da comunidade Pimental

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.02.2015



Por Telma Monteiro

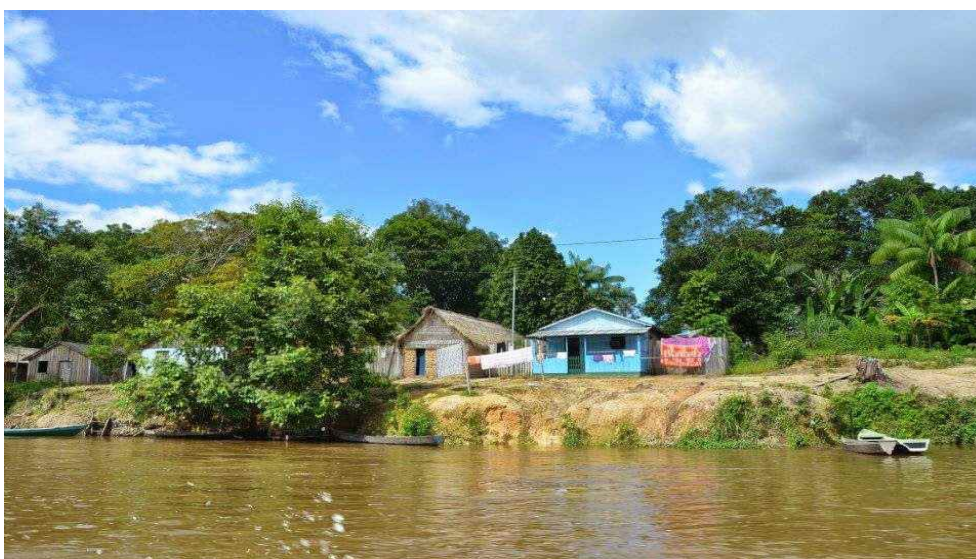
O objetivo deste texto é mostrar que no processo de licenciamento da UHE São Luiz do Tapajós, algumas dúvidas sérias pairam qual nuvens negras carregadas sobre cabeças inocentes que nem imaginam o que poderia vir a atingi-las. É o caso da comunidade da Vila Pimental situada às margens do rio Tapajós, que teria que ser removida completamente, pois o local seria ocupado pelo reservatório da hidrelétrica.

Para quem ainda não sabe, o governo federal, dentro do seu projeto de expansão de geração de energia elétrica pretende construir um conjunto de hidrelétricas na bacia hidrográfica do rio Tapajós. O primeiro projeto, a UHE São Luiz do Tapajós, já está em processo de licenciamento ambiental no Ibama. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima) já foram entregues e estão sob análise dos técnicos do Ibama. O Ministério do Meio Ambiente (MME) tem pretensões de leiloar São Luiz do Tapajós ainda neste ano de

CONT.

2015. Elenquei algumas das dificuldades que podem desestimular o governo na empreitada de fazer novas hidrelétricas na Amazônia.

A concessão da Licença Prévia (LP), pelo Ibama, ainda depende da aprovação dos estudos ambientais e da realização de audiências públicas, praxe para que, teoricamente, a sociedade conheça o projeto e se posicione com relação a ele. Diz o regulamento que rege as audiências públicas que todas as sugestões dos participantes serão incorporadas aos estudos. Na prática essas audiências nada mais são do que uma forma de legitimar esses empreendimentos e comprovar que os empreendedores e o órgão licenciador “apresentaram” oficialmente o projeto ao público. Normalmente o formato favorece a exposição e propaganda positiva do empreendimento que, na verdade, vai destruir o ambiente, desalojar compulsoriamente comunidades tradicionais, submergir terras indígenas, alterar o curso do rio, impactar a floresta e destruir a beleza cênica. Depois da LP, acontece o leilão.



Comunidade Pimental. Foto: Thais Iervolino

O grave risco que correria a comunidade Pimental

Em 05 de agosto de 2014 aconteceu uma reunião na sede do Ibama, em Brasília, em que participaram a Eletrobras, Elabore[1] e CNEC WorleyParsons Engenharia S.A.[2], empresas responsáveis pelo desenvolvimento dos estudos ambientais da UHE São Luiz do Tapajós, no rio Tapajós. A pauta da reunião foi extensa, mas o que mais chama a atenção entre todos os itens, é a preocupação dos técnicos do Ibama com relação à convivência dos moradores da Vila Pimental, se for construída a hidrelétrica, com os impactos da obra na suas portas, literalmente, durante 24 meses.

Para o Ibama, a discussão precisaria ser aprofundada, uma vez que há falhas nas explicações

CONT.



da CNEC WorleyParsons Engenharia S.A. sobre os pontos positivos que não acredito existirem e os negativos que iriam desde o acesso comprometido pelas obras, até a falta de negociação adequada sobre o remanejamento da população. Outros impactos, diz o Ibama, não foram considerados e, portanto, sequer analisados.

Em 02 de outubro de 2014, em nova reunião, desta vez específica sobre o Programa de Contingência da Vila Pimental, a Eletrobras tentou prestar esclarecimentos. Uma das questões seria a probabilidade de riscos de inundação de Pimental durante sua possível convivência com o canteiro de obras, já que as enseadeiras fariam aumentar o nível da água do rio Tapajós em 60 cm.

A explicação da Eletrobras é de um contrassenso incrível. Para a empresa, se o cronograma das obras for obedecido não haveria risco de inundação da área da Vila Pimental. Já estamos acostumados a conviver com a falta de cumprimento dos cronogramas das obras dos empreendimentos hidrelétricos em andamento na Amazônia. Praticamente, a maioria dos cronogramas não é cumprido, desde Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, passando por Belo Monte, no rio Xingu, UHE Teles Pires, no rio Teles Pires, apenas para ficar nesses exemplos, pois há muitos mais.

Mesmo assim a Eletrobras cogitou de possível “descompassos nos cronogramas” que poderiam comprometer a retirada da população antes do período de cheia, o que aumentaria o tempo de exposição ao risco de inundação. A cota de inundação do canteiro de obras é 29 e no ano de 2013 a cheia atingiu essa cota e se houver atraso no cronograma as enseadeiras provocariam a inundação da Vila Pimental. Simples assim! Afirmação pusilânime, portanto, caso o empreendimento seja levado a cabo.

Enchentes na cota 29 e 31 são passíveis de acontecer também no Tapajós. Veja-se o que ocorreu na grande cheia do rio Madeira, em 2014, que não era previsível num tempo de recorrência de 10.000 anos. Mas o clima está mudando e os regimes de cheias dos rios amazônicos também. Estamos vivenciando isso novamente na bacia do rio Madeira, do rio Acre e do rio Negro. As preocupações dos técnicos do Ibama se justificam.

Outro ponto abordado na reunião com a Eletrobras e as empresas foi a modalidade de reparação reassentamento da população de Pimental para que não haja desagregação social e se mantenha as práticas tradicionais. No entanto, o risco intrínseco que correrão os moradores de Pimental, nunca lhes foi comunicado, nem pelo chamado Diálogo Tapajós que está a serviço da Eletrobras. Há, inclusive, conforme pude apreciar nas memórias das reuniões, a necessidade de preparar e licenciar o assentamento antes da mudança da população. É óbvio! E se o que a Eletrobras considera improvável, ou seja, se o cronograma não seguir normalmente? O que aconteceria com a comunidade Pimental?

Há que se considerar, também, a preocupação com relação ao tempo necessário para o licenciamento ambiental do assentamento. Segundo o Ibama, tanto a vila Pimental como os terrenos da Colônia Pimental, seriam afetados. A Eletrobras ficou de encaminhar o Programa de Contingência da Vila Pimental.

CONT.



Esse é apenas um exemplo de como as empresas tratam de forma displicente, nos bastidores, os riscos inerentes às construções de empreendimentos que afetam as populações no Brasil.

[1] Elabore, empresa contratada pela Eletrobras para prestar “assessoria estratégica” em meio ambiente. <http://www.elabore.com.br/portal/>

[2] CNEC WorleyParsons Engenharia S.A. para prestação de serviços de consultoria, no gerenciamento de projetos e em soluções completas de engenharia, que abrangem desde os estudos de viabilidade até o início da operação do empreendimento. <http://www.cnec.com.br/htmls/quemsomos.php>

Destaque: Comunidade Pimentel. Mapa editado por Telma Monteiro



Boletim de Notícias - Edição nº 35/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.

Presidente do CIMI fala da importância do IV Congresso da CPT ser realizado em Rondônia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.02.2015



Comissão Pastoral da Terra

Dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário, fala da importância da CPT realizar o seu IV Congresso Nacional em Rondônia. O Congresso será de 12 a 17 de julho na cidade de Porto Velho.

[Assista ao vídeo.](#)



Índios voltam ao Congresso para pedir rejeição da PEC das Terras Indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.02.2015

Murilo Souza – Agência Câmara

Mais de 30 lideranças de povos indígenas e diversas entidades ligadas a eles marcaram presença na manhã desta quarta-feira (25) em mais um ato contra a Proposta de Emenda à Constituição 215/00, chamada de PEC das Terras Indígenas. A PEC transfere do Executivo para o Congresso a decisão final sobre a criação e a modificação de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental. O encontro foi promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista.

Coordenador da frente, o deputado Sarney Filho (PV-MA) considera decisivo, neste momento, reunir todo o apoio possível de deputados e de representantes de organizações ambientalistas e indigenistas contrários à PEC 215/00. "Se essa emenda passar é para acabar com todo o processo de criação, ampliação e possivelmente começar o de extinção das reservas indígenas", alertou Sarney Filho, em referência ao fato de que a bancada ruralista na Câmara, que está maior na atual legislatura, passaria interferir diretamente no processo demarcatório.

Para o deputado, a ideia de transferir a palavra final para o Congresso Nacional é uma manobra de segmentos radicais do ruralismo brasileiro, que querem plantar e minerar nas terras dos índios.

Coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Sônia Guajajara, também entende que esse é o momento de buscar apoio para impedir retrocessos nos direitos constitucionais dos índios. "Em 2014 estivemos aqui [em Brasília] quase todos os meses fazendo o devido embate com os ruralistas", disse Guajajara. "E nós não podemos sossegar enquanto não enterrarmos definitivamente essa PEC."

Falta d'água

Guajajara lembrou o problema da atual crise hídrica, que afeta principalmente estados do Sudeste, e destacou a importância dos territórios indígenas no processo de preservação de reservas e de mananciais de água. "De que adianta viver em uma mansão em São Paulo e só ter água salgada para beber", questionou. "Lutar pelas terras dos índios é também lutar pela água", acrescentou.

Segundo o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Flávio Chiarelli, estudos do governo mostram que hoje os territórios indígenas se encontram mais preservados do ponto de vista ambiental do que as próprias unidades de preservação. "Ou seja, os índios cumprem um papel fundamental na conservação do meio ambiente e sem receber nada por isso", disse Chiarelli, ao defender por que o processo de demarcação tem que ser técnico e não político.

CONT.



Violência

O presidente da Funai chamou atenção ainda para a violência sofrida por índios que participaram de manifestações contra a PEC 215/00 no ano passado, ressaltando que 5 deles acabaram presos. Para Chiarelli, a PEC retira direitos assegurados aos índios pela Constituição de 1988 e poderá ser questionada futuramente no Supremo Tribunal Federal (STF).

Cléber Busato, que representou o Conselho Missionário Indigenista (Cimi), destacou pontos preocupantes do substitutivo apresentado no ano passado pelo então relator da PEC 215/00 na comissão especial, o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). "O principal deles é o que passa a exigir que a demarcação seja feita por projeto de lei de iniciativa da Presidente da República, sendo posteriormente aprovado pelo Congresso, ou seja, submetendo o processo de demarcação aos interesses direitos do agronegócio e de mineradoras", disse Busato.

No começo de fevereiro, em reunião com lideranças indígenas, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, garantiu que vai oferecer "todas as condições de diálogo" para que as lideranças indígenas sejam ouvidas.



Comitê define regras para inclusão de famílias no Bolsa Verde

SÍTIO REGIÃO NOROESTE, 26.02.2015

BRASIL - O Comitê Gestor do Programa de Apoio à Conservação Ambiental definiu os procedimentos para inclusão de novas áreas e ingresso de família no Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde. A resolução foi publicada no Diário Oficial da União e entra em vigor hoje (26).

O Bolsa Verde, lançado em 2011, é parte do Programa Brasil Sem Miséria, e concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental, com aquelas ocupadas por comunidades tradicionais, ribeirinhas, extrativistas, populações indígenas e quilombolas. O benefício é concedido por dois anos, podendo ser renovado.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), como 47% das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza estão na área rural, a proposta é aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais. Beneficiários do Bolsa Família que moram nessas localidades também poderão ser incluídos no Bolsa Verde.

As novas áreas serão definidas pelo MMA e podem ser indicadas pelos órgãos parceiros. O ministério poderá propor ainda critérios e prioridades ambientais para indicação de novas áreas, incluindo áreas relevantes para a conservação da fauna e flora ameaçadas de extinção.

Também foi publicado hoje a lista das áreas já incluídas no programa. Serão excluídas aquelas que não possuem famílias recebendo o benefício ou que não cumpriram os critérios definidos hoje pelo comitê gestor.



Trem de passageiros da Vale paralisa atividades novamente no Maranhão

SÍTIO GLOBO.COM, 26.02.2015

*Bloqueio na Ferrovia Carajás no Estado do Pará impede serviço.
Trem que sairia de Parauapebas para São Luís não circulará.*

O trem de passageiros da Vale voltou a paralisar as atividades no Maranhão. Desta vez, indígenas bloqueiam a Estrada de Ferro Carajás (EFC) em Bom Jesus do Tocantins, no Pará. Com o protesto, o trem de passageiros que partiria do município de Parauapebas com destino a São Luís não circulará. As remarcações de passagens deverão ser feitas nas estações a partir desta sexta-feira (27).

Em nota, a Vale informou que está tomando providências necessárias para a desobstrução da ferrovia e, conseqüentemente, para a retomada do tráfego ferroviário na região. Cerca de 1.300 pessoas viajam por dia pelo trem de passageiros fazendo o percurso de Parauapebas, no Pará, até São Luís, no Maranhão.

No último dia 18, um trem da Vale descarrilou na madrugada no trecho da Estrada de Ferro Carajás (EFC) próximo a Miranda do Norte, a 124 km de São Luís. Com o acidente a estrada foi interditada e as viagens de passageiros foram canceladas por dois dias.



Povos e comunidades tradicionais fazem a primeira reunião do ano

SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.02.2015

Projeto que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético é debatido no encontro

A Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNCTP), integrada por representantes da sociedade civil e do governo, reuniu-se na quarta-feira (25) em Brasília (DF) para discutir, entre outros assuntos, o Projeto de Lei 7735, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

“Nos reunimos com os indígenas e vamos encontrar os agricultores familiares ainda esta semana para levantar as principais demandas e chegarmos a um denominador comum”, afirmou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Paulo Guilherme Cabral.

No momento, o PL tramita no Senado, em caráter de urgência, e tem até terça-feira (3) para receber emendas. Segundo a representante da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneira, Claudia de Pinho, o importante agora é acompanhar como serão definidos o regimento e a resolução do projeto no Congresso. A CNPCT formou, para esse fim, um Grupo de Trabalho (GT) misto, composto por membros do governo e da sociedade civil.

Pesca

Outro assunto importante tratado na reunião foi a Portaria 445 do Ministério do Meio Ambiente, de 17 de dezembro de 2014, que incluiu peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira na Lista Nacional de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

O tema foi alvo de protesto por parte de pescadores no porto de Itajaí (SC), no começo de janeiro.

Para esclarecer a Portaria 445, o coordenador-geral de Manejo para Conservação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ugo Vercillo, apresentou um histórico do processo de elaboração da portaria – resultado de cinco anos de trabalho, envolvendo 360 especialistas. Destacou que as principais espécies de peixes exploradas comercialmente no Brasil não estão na lista (sardinha, corvina, dourado, pescada amarela, entre outras). “É preciso ver o caso de cada espécie separadamente”, disse.

O representante dos pescadores da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos (Confrem), Carlos Alberto Pinto, defendeu que a Portaria 445 prejudica os pescadores artesanais, mas afirmou não se reconhecer no protesto dos pescadores de Santa Catarina.

CONT.



Ele sugeriu que dois representantes da CNPCT façam parte do Grupo de Trabalho do ICMBio que discutirá a tema. A sugestão foi aprovada pela comissão e a primeira reunião ficou marcada para a segunda quinzena de março.

Ypadê

Outro assunto que teve destaque na reunião foi o Portal Ypadê, página na internet que reúne informações sobre grupos organizados de povos e comunidades tradicionais. Os participantes foram convocados a enviarem colaborações (fotos e textos) para o portal, com a finalidade de se reconhecerem no ambiente virtual.

O prazo para envio da revisão dos textos à Secretaria Executiva da CNPCT ficou marcado para 16 de março.

O calendário das próximas reuniões ordinárias da CNPCT ficou definido da seguinte forma: 13 e 14 de maio, 11 e 12 de agosto e 10 e 11 de novembro. Já as reuniões do GT de Transição ficaram para 10 e 11 de março, 7 e 8 de abril e 11 e 12 de maio.

Saiba mais

São povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos, faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente.



Revisão do Processo Seletivo Especial Indígena 2015 deve sair amanhã

SÍTIO PORTAL EBC, 26.02.2015

Graziele Bezerra

A UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará - deve divulgar nesta sexta-feira (27) o resultado do Processo Seletivo Especial Indígena 2015.

O prazo de divulgação do resultado foi prorrogado depois que os candidatos questionaram a aplicação das provas e pediram a reavaliação dos resultados.

A acadêmica de Antropologia e secretária do CITA - Conselho Indígena Tapajós Arapiuns - Luana Kumaruara, critica a Universidade por quebrar acordo com indígenas.

Luana Kumaruara diz que o modelo adotado no processo seletivo deste ano prejudicou índios aldeados que tem dificuldade em falar o Português.

A Universidade se defende. Segundo a Pró-Reitora de Ensino de Graduação, Fátima Lima, as alterações no processo seletivo foram definidas em seminários junto com as comunidades indígenas.

Segundo a professora, a cobrança de interpretação de texto no processo seletivo deste ano servirá de preparo ao aluno para estudar em Português.

Segundo o CITA, cerca de 800 indígenas moradores de Santarém, Oriximiná e Jacareacanga se inscreveram no processo seletivo 2015.

Desses, apenas quatro Munduruku e três Wai Wai foram aprovados.

Nos anos anteriores, a média de classificados era de 10 índios de cada etnia.

Com a revisão das provas, espera-se o aumento no número de aprovados.



Boletim de Notícias - Edição nº 35/2015

Brasília, 26 de fevereiro de 2015.

Frente Ambientalista discute PEC que altera demarcação de terras indígenas

SÍTIO PORTAL EBC, 26.02.2015

Graziele Bezerra

A Frente Parlamentar Ambientalista se reuniu nesta quarta-feira (25) com ambientalistas e lideranças indígenas para discutir a Proposta de Emenda à Constituição nº215.

A proposta, que transfere do Executivo para o Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação de terras foi arquivada no fim da legislatura passada, mas pode ser desarquivada a qualquer momento.



Vale Universidade Indígena oferece 174 vagas em Mato Grosso do Sul

SÍTIO GLOBO.COM, 26.02.2015

*Inscrições começam dia 6 de março pela internet.
Acadêmicos receberão auxílio financeiro de R\$ 300.*

A Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho de Mato Grosso do Sul (Sedhast) abriu 174 vagas para o Programa Vale Universidade Indígena (PVUI). As inscrições começam no dia 6 de março. O objetivo é atender alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Os interessados em participar da seleção devem se inscrever pelo site da secretaria até o dia 19 de março.

Segundo a Sedhast, o programa tem como objetivo dar oportunidade ao acadêmico da UEMS, proporcionar experiências profissionais por meio de atividades desenvolvidas em órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, além de Organizações Não Governamentais (ONGs). O estudante receberá auxílio financeiro de R\$ 300 mensais, mais vale-transporte.

O programa começou em 2007 e já atendeu mais de 800 acadêmicos. Em 2015, o processo seletivo oferece vagas 45% a mais do que em 2014.

Projeto Ribeirinho: Crianças aprendem brincando a cuidar do Pantanal em Projeto Social

SÍTIO POCONET, 26.02.2015



Longe do gabinete, fora de quatro paredes e bem distante do conforto. Assim, juiz, conciliador e policiais ambientais deixaram a toga, o terno e a farda de lado para mergulhar no coração do Pantanal Mato-grossense e levar educação ambiental aos ribeirinhos que residem ao longo do Rio Cuiabá, entre os municípios de Barão de Melgaço e Poconé. Este é o trabalho que o Juizado Volante Ambiental (Juvam) está fazendo durante a realização do Projeto Ribeirinho Cidadão, que começou no dia 19 de fevereiro, em Barão de Melgaço (parte fluvial) e termina no dia 6 de março (parte terrestre). O projeto é desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, Defensoria Pública e parceiros.

Pela primeira vez participando da caravana, o Juvam leva informações sobre como cuidar da fauna e da flora pantaneira de forma lúdica e divertida. O objetivo é conscientizar, principalmente as crianças, sobre a importância de preservar um dos mais complexos e sensíveis ecossistemas do planeta, o Pantanal.

CONT.



Para isso, a equipe do Juvam criou um jogo. A estreia aconteceu em uma escola pública em Barão de Melgaço, na manhã do dia 20 de fevereiro. Mais de 40 pares de olhos brilhantes e curiosos aguardavam ansiosos o início da brincadeira, tudo conduzido pelo palhaço Lelé Picolé Curinpapan. Por trás do nariz vermelho, da calça larga e do chapéu colorido está o cabo Marcelo Luciano Pereira Campos, policial ambiental, formado em pedagogia e que durante o projeto conduz as brincadeiras com a garotada.

O jogo, batizado de "Rebojando", consiste em um tabuleiro de papelão (tamanho A4) onde foi traçado um percurso – de Barão a Poconé. O objetivo do jogo é se deslocar de um ponto ao outro. Para isso, é preciso responder perguntas referentes ao meio ambiente. Quem acerta vai pulando casas até chegar ao destino final. As perguntas constam em uma cartinha, composta de questões de múltipla escolha, verdadeiro ou falso, além de 10 perguntas sobre "Quem sou Eu".

Para transmitir as informações de maneira mais interativa, o Juvam produziu este mesmo jogo em uma lona de quatro metros, a fim de que as crianças pudessem brincar passeando pelo Rebojando. Durante o projeto, o grande tabuleiro foi estendido em sala de aula, na sombra de árvores, pátio de escolas e na barranca do rio. Não importa o local, em todos eles as crianças brincaram, se divertiram e o que é melhor: aprenderam lições importantes de como preservar o local onde residem. Só na comunidade de São Pedro de Joselândia mais de 100 crianças participaram do Rebojando. Os vencedores ganharam de presente um jogo.

O juiz do Juvam, Rodrigo Curvo, ressalta que este trabalho de educação ambiental só é possível graças ao empenho da equipe que integra o Juizado. "Estamos muito honrados em poder lançar em primeira mão este jogo aqui no projeto Ribeirinho Cidadão. O Rebojando foi todo concebido pela equipe do Juvam, não é um jogo que foi comprado em uma loja. Toda a criação usa elementos do Pantanal, incluindo o próprio nome, que foi inspirado nos rebojos do rio. A aceitação está sendo excelente. Estamos felizes com o resultado, pois acredito que o objetivo foi alcançado".

A ideia do jogo foi muito bem aceita, tanto pelas crianças, quanto pelos professores. "Achei a iniciativa muito boa. Gostei porque fala da realidade das crianças que residem no Pantanal. Quando fala de coisas muito distantes, elas perdem o interesse. O jogo, além de divertido, é interativo e com informações que estão inseridas no dia a dia de nossas crianças. Está aprovado", destacou a professora Lúcia Araújo Silva, 34 anos, responsável pela turma do 5º ano da escola de Barão de Melgaço.

E os mais interessados no assunto, as crianças, interagiram, gostaram e aprovaram o jogo. "Eu gostei muito de brincar. Eu conheço muitos bichos do jogo. Achei divertido", assegura Erieli da Silva, seis anos, estudante do segundo ano.

Além das brincadeiras com as crianças, o Juvam está distribuindo durante o projeto quatro mil mudas de plantas, entre nativas e frutíferas e recolhendo lixo coletado no Pantanal.

Fonte: Da Redação.



Ação levará água tratada às torneiras de famílias rurais

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 26.02.2015

Um novo sistema de abastecimento de água construído sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) irá levar água tratada às torneiras de sete mil moradores de comunidades rurais de Carinhanha, município do Semiárido baiano, região do Médio São Francisco.

A obra foi iniciada em janeiro e tem previsão de conclusão para o fim de 2015.

As comunidades beneficiadas são as de Moreira, Cabacinha, Bebedouro, Amargosa, Frota, Garças, Queimadas, Angico, Três Ilhas e Barra de Parateca. Serão seis subsistemas, um investimento de aproximadamente R\$ 4,4 milhões no âmbito do programa Água para Todos.

"Cada subsistema terá sua própria captação. Ela será realizada através de estrutura de chapa de aço, flutuante no rio São Francisco, para os subsistemas 2, 3, 4, 5 e 6, sendo que a captação no subsistema 1 será feita no rio Carinhanha", explica Marcelo Ribeiro, técnico da 2ª superintendência regional da Codevasf, sediada em Bom Jesus da Lapa, e fiscal da obra. Serão 1.435 famílias beneficiadas.

O subsistema 2 levará água às comunidades de Bebedouro e Amargosa; o subsistema 3 para Frota, Garças e Queimadas; o subsistema 4 para a comunidade de Angico; o 5 para Três Ilhas e o 6 para Barra de Parateca.

"Esta é uma obra de grande importância, pois irá mudar uma triste realidade da população ribeirinha que não possui água de qualidade e vem aguardando há muito tempo a realização deste sonho, além de tantos outros benefícios que uma obra desse porte trará para todas as comunidades envolvidas", afirma Ribeiro.

"São comunidades que vivem na beira do rio e não têm água tratada", aponta o prefeito de Carinhanha, Paulo Elísio. "A água que eles têm hoje não tem condição de ser consumida, não tem tratamento nenhum. A conclusão do sistema vai resolver o problema das comunidades", garante.

De acordo com Marcelo Ribeiro, da Codevasf, todos os subsistemas terão adutora de água bruta até a Estação de Tratamento de Água (ETA). "Os subsistemas 1 (Moreira e Cabacinha), 2, 3 e 5 terão uma estação de tratamento de água do tipo filtração direta ascendente pressurizada, enquanto que os subsistemas 4 e 6 terão estação de tratamento de água do tipo clássica, não pressurizada", explica o técnico, acrescentando que reservatórios, dentro das ETAS, receberão a água tratada e distribuirão nas comunidades.

CONT.



Já os subsistemas 2, 3, 4 e 6 contam com reservatórios fora das ETA'S, que recebem água através de uma adutora de água tratada e distribuem nas comunidades. "Todos os subsistemas terão ligação domiciliar com hidrômetro", complementa Marcelo Ribeiro.

Outras sistemas

O município de Carinhanha já foi beneficiado com outro sistema de abastecimento, concluído em 2014, implantado por meio de convênio entre a Codevasf e a Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (Cerb), que representou um investimento de R\$ 7,9 milhões e assegurou água para 10.317 habitantes nas comunidades de Agrovila 15, Agrovila 16, Agrovila 23, Aguada do Meio, Canabrava, Estreito, Feirinha Vila São João, Jupí e Marrequeiro.

Também concluído em 2014, e em pleno funcionamento, o sistema de abastecimento de água do Vale Verde, no município de Sítio do Mato, está beneficiando 3.106 habitantes de oito comunidades rurais, do assentamento de Vila Turbilhão 1, 2, 3, 4 e 5, além de Vila Mangal 1 e 2 e Vila do Braz, representando investimento de R\$ 4 milhões também com recursos oriundos do programa Água para Todos.

Na região do Médio São Francisco baiano, área de atuação da 2ª superintendência regional da Codevasf, foram concluídos, desde 2014, outros sistemas de abastecimento de água semelhantes ao de Carinhanha, como o do município de Serra do Ramalho, já funcionando, e os sistemas de Coroa do Chico e de Piranhas, em Bom Jesus da Lapa; e do município de Malhada – os três concluídos e prestes a entrar em operação.

Outras obras ainda estão em andamento, como a do Sistema de Pedras, no município de Bom Jesus da Lapa. Já em Ibotirama R\$ 6,7 milhões estão sendo investidos na construção de um sistema que beneficia 13 comunidades rurais: Andorinha, Barro Alto, Caraíbas, Cariri, Fazenda Nova, Ilha do Gado Bravo, Ilha do Saco, Ilha Grande, Juá Novo, Santa Clara, Sangrador, Novo Horizonte e Areia Branca.

Estão sendo investidos aproximadamente R\$ 5,8 milhões também para a construção de sistema de abastecimento de água no município de Paratinga, que beneficiará cerca de 1.850 pessoas de 160 famílias da comunidade Nova União, outras 86 famílias das comunidades de Volta das Pedras e Pedras do Asfalto, além de 83 de Extrema e 41 de Canafístula.

Outros dois mil habitantes, do município de Muquém do São Francisco, também serão beneficiados com o sistema de abastecimento de água que está sendo construído, representando um investimento de mais de R\$ 7 milhões. O sistema beneficiará as comunidades de Baraúna, Barreiro da Passagem, Barreiro do Pernambuco, Itaim, Mangas, Periperi, Morro de Cima, Pedrinhas e Quebra Linha.

Ainda estão sendo construídos 60 sistemas simplificados de abastecimento de água. Dez já

CONT.



estão concluídos, representando um investimento de R\$ 5,6 milhões beneficiando os municípios de Cafarnaum, Canarana, Gentio do Ouro, Iupuiara, Irecê, Jussara, Lapão, América Dourada, Mulungu do Morro, Xique-Xique, Ibititá, Candiba, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras, Urandi, Iuiu, Bom Jesus da Lapa, Igaporã, Riacho de Santana, Sítio do Mato, Cristópolis, Santa Rita de Cássia e São Desidério.

Fonte: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Pescadores artesanais assinam o defeso em Alenquer

SÍTIO O IMPACTO, 26.02.2015



Equipe de servidores do Ministério do Trabalho gerência de Santarém – Hanna, Dilton Uchôa e Graci operacionalizaram assinatura do seguro defeso

No período de 24 a 02 de março de 2015, cerca de 2.140 pescadores artesanais do município de Alenquer, aptos e que sobrevivem em regime de economia familiar, e sócios da Colônia de Pescadores Z-28, estarão assinando o Seguro Desemprego. Isto acontece, em virtude de suas atividades estarem paralisadas durante 4 meses para preservação da espécie ou período do Defeso. Para receber o benefício o pescador precisa estar inscrito na Previdência Social e comprovar o exercício da atividade de pesca artesanal. Isto posto, o mesmo não pode ter nenhum um vínculo empregatício relacionado a trabalho social, comercial ou outra renda diversa que não seja decorrente da atividade pesqueira.

Destarte, no período supramencionado, os funcionários do Ministério do Trabalho, Gerência de Santarém, José Dilton Uchôa, Graci e Hanna, respectivamente, operacionalizaram o serviço de assinatura, como também, dirimiram as dúvidas de situações isoladas ou burocráticas inerentes ao sistema. Segundo o chefe da operação Dilton Uchôa, o pescador que não estiver devidamente municiado de toda a documentação exigida pelo Governo Federal e principalmente o Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura sumariamente ficará excluído de receber o referido benefício.

Leitura e escrita indígenas são discutidas entre professores de 50 etnias do Amazonas

SÍTIO A CRÍTICA, 26.02.2015

O X Encontro de Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas (Elesi) teve início nesta quarta-feira (25). Edições do evento acontecem desde a década de 90



O evento almeja discutir, entre outras coisas, como a introdução da escrita impacta como os indígenas percebem a realidade (Divulgação/Seduc)

Promover a socialização de experiências e saberes, de discussões sobre o cenário social, político, econômico e educacional dos povos indígenas e das instituições indígenas e indigenistas de forma abrangente. Esses são os principais objetivos do X Encontro de Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas (Elesi), que reúne cerca de 250 professores de 50 etnias, além de indigenistas e representantes de Organizações não Governamentais (ONG).

O evento teve início na noite desta quarta-feira (26), no auditório da Secretaria Municipal de Educação (Semed), no bairro Parque Dez, Zona Centro-Sul de Manaus. As atividades seguem até esta sexta-feira (27).

“Espero que as pessoas possam discutir conjuntamente sobre a questão indígena de uma

CONT.



forma ampla. Não é apenas estudar os indígenas e o impacto do processo de escolarização, mas estudá-los como aqueles produtores do conhecimento. O conhecimento tradicional é muito importante e verdadeiro para o processo de escolarização como o conhecimento científico”, disse uma das coordenadoras do evento, Adria Duarte de Souza.

O X Elesi é uma realização conjunta da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Instituto Federal do Amazonas (Ifam), Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Secretaria Municipal de Educação (Semed) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

Um dos conferencistas do evento é o pesquisador Bartolomeu Melia, que tem vivência com os povos indígenas. A produção do renomado pesquisador se insere na etno-história, na linguística e na educação indígena. Melia ressaltou a importância da preservação da cultura indígena.

“Valorizar, preservar e proteger as línguas indígenas é um fato importante, principalmente porque atualmente os territórios indígenas estão continuamente ameaçados e, sobre tudo, por uma ideologia que faz com que as instituições das terras e das línguas promovam um progresso e modernidade . Também vejo um processo agressivo de negação das culturas e das línguas indígenas”, disse Melia.

Os Encontros do Elesi acontecem desde a década de 90 e fazem parte da programação do Congresso de Leitura do Brasil (Cole), realizados na cidade de Campinas em São Paulo.

“Espero que este evento venha valorizar mais ainda a cultura dos povos indígenas e mostrar para a população que os povos indígenas estão vivos, tem consciência, sabedoria tem responsabilidade, além da necessidade de uma educação diferenciada que valorize a cultura do seu povo e a realidade local de cada aldeia e suas etnias”, disse Raimundo Crus, da etnia Kambeba.